



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. ("Bombril") é uma sociedade anônima de capital aberto listada na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código BOBR4, com sede e principal local de negócios na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

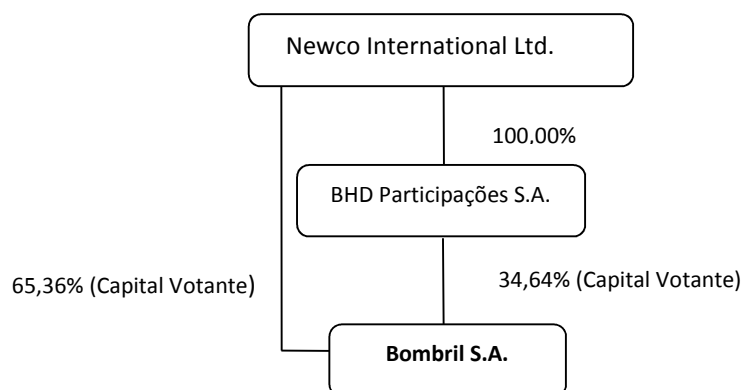
A Companhia com 69 anos de atividade e atuação no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial. Detentora de marcas consagradas, como Limpol, Mon Bijou, Sapólio Radium, Kalipto, Pratices, Pinho Bril e Bom Bril. Com um quadro de aproximadamente 2,4 mil funcionários, distribuídos em três fábricas, localizadas no ABC Paulista, em Abreu e Lima (Pernambuco) e em Sete Lagoas (de Minas Gerais).

O portfólio da Bombril reúne mais de 20 marcas e cerca de 300 itens de limpeza em diversas categorias, incluindo esponjas de aço, detergentes, amaciantes, desinfetantes, limpadores multiuso, saponáceos, limpadores perfumados, esponja sintética e outros itens essenciais da limpeza doméstica. Também faz parte da organização a Bril Cosméticos, unidade que mantém em seu portfólio marcas como *Ecologie*, *Out Inset* e *Dash*.

Desde sua fundação, em 1948, a Bombril construiu uma relação de confiança com os brasileiros, oferecendo uma cesta completa de soluções para o lar e adotando uma linguagem irreverente no relacionamento com o consumidor. A história da companhia se confunde com a evolução da indústria nacional de higiene e limpeza: prova disso é que, em 2000, a Bombril conquistou o título de "Marca do Século", além de figurar periodicamente no Top of Mind de seu segmento por meio da marca que dá nome à Companhia.

No último ano, a Bombril viveu transformações relevantes em sua gestão. A fim de reforçar o profissionalismo nas decisões de negócios e proteger sua estrutura de capital e seus resultados, a Companhia revisitou sua operação de cadeia de suprimentos e processos logísticos, retomando resultados positivos e criando uma base forte para o crescimento sustentável e rentável. Com a revisão do portfólio e do quadro funcional, melhorias no modelo comercial e ações de produtividade e eficiência de despesas estiveram entre os focos, além de implementar melhores práticas de mercado para processos e controles internos.

A estrutura de controle da Companhia está representada, conforme segue:



2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de março de 2017, considerando eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem potencialmente produzir efeitos sobre estas demonstrações contábeis consolidadas.

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards "IFRS") emitidos pela International Accounting Standards Board "IASB" e interpretações emitidas pela International Financial Reporting Interpretations Committee "IFRIC", implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" e suas interpretações "ICPC" e orientações "OCPC", aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM".

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis consolidadas individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Tendo em vista não existir diferença entre consolidado e controladora, o patrimônio líquido e o resultado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis consolidadas individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas em períodos anteriores estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Porém, para o período em questão não houve controladas adquiridas ou alienadas. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as empresas consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as empresas consolidadas são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Essas demonstrações contábeis consolidadas apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A. e de 12,17% da Bombril Overseas Inc.

Bombril Mercosul S.A.

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP. Atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia. Atualmente, possui 67,15% da Bril Cosméticos S.A.

Bombril Overseas Inc.

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,83% no seu capital social e participação indireta de 12,17% no seu capital social por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., a Bombril Overseas Inc. está constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle, etc. A Administração tem dedicado seus melhores esforços para as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

Bril Cosméticos S.A.

Constituída em 3 de maio de 2011, esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 32,85% e participação indireta de 67,15% no seu capital social por meio da Bombril Mercosul S.A. e atualmente possui 0,01% da Bril Store, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal, a qual encerrou suas atividades operacionais em 31 de março de 2016.

Bril Store Comércio Digital Ltda.

Constituída em 27 de janeiro de 2015 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 99,99% e participação indireta de 0,01% no seu capital social por meio da Bril Cosméticos S.A. com sede em São Bernardo do Campo – SP. A empresa encerrou suas atividades operacionais em 31/03/16, vide nota explicativa nº 13.

A participação societária da Bombril S.A. sobre suas controladas diretas e indiretas encontra-se da seguinte forma:

Controladas	Participação (%)			
	31.12.16		31.12.15	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	-	100%	-
Bombril Mercosul S.A.	-	100%	-	100%
Bombril Overseas Inc.	87,83%	12,17%	87,83%	12,17%
Bril Cosméticos S.A.	32,85%	67,15%	32,85%	67,15%
Bril Store Comércio Digital Ltda. ⁽¹⁾	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%

- (1) Empresa encerrou as atividades operacionais em 31/03/2016, o investimento foi baixado integralmente para perda, não gerando mais efeitos contábeis nas consolidações no exercício de 2016.

2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor de realização e ao valor presente, se relevante. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos/indiretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais, as informações das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa depreciação, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

h. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

i. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que

represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

j. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(i) Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia venha a apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

l. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de

prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

m.1 *Ativos Financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Mensuração dos ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

m.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

n. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

o. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

p. Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

q. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

r. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas

datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido.

s. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória à luz das IFRS.

2.4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.
- IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes - Estabelece princípios de divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.
- IFRS 16 – Arrendamento mercantil - Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2019. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.
- IFRS 2 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações – Entre outras mudanças descreve sobre as modificações de opções para liquidação em ações, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2018. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas informações contábeis.
- Melhorias ao IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture. Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture, o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2018. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas informações contábeis.

- IAS 7 – Iniciativas de melhorias das divulgações - Descreve sobre divulgações que habilitam usuários a avaliar mudanças em passivos relacionados a atividades de financiamento, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2017. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.
- IAS 12 – Reconhecimento de imposto de renda diferido para perdas não realizadas - Descreve sobre o tratamento de diferenças temporárias, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2017. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e créditos fiscais consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da Administração.

(ii) Teste de redução do valor recuperação de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são

agrupados no nível mais baixo para o qual existem as unidades geradoras de caixa identificáveis separadamente.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório. Para maiores detalhes sobre a vida útil dos bens estimados vide nota explicativa nº 14.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Caixa e Bancos	7.773	16.828	9.451	17.939
Total	7.773	16.828	9.451	17.939

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Clientes	165.014	180.001	176.067	194.970
(-) Ajuste a valor presente (a)	(1.368)	-	(3.432)	-
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(18.142)	(10.934)	(19.159)	(12.765)
Total	145.504	169.067	153.476	182.205
Circulante	143.849	-	149.321	-
Não circulante	1.655	-	4.155	-

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

- (a) Em 2016 a Companhia registrou ajuste a valor presente de créditos a realizar com propaganda e publicidade com vencimento acima de 12 meses, no montante de R\$1.368 controladora (R\$3.432 consolidado).

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Período	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
A Vencer	130.630	74.594	138.888	79.377
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	11.243	33.307	11.499	34.600
De 31 a 60 dias	2.387	4.230	2.574	4.743
De 61 a 90 dias	1.096	8.116	1.138	8.400
De 91 a 180 dias	633	14.270	714	14.923
Acima de 181 dias	19.025	45.484	21.254	52.927
	165.014	180.001	176.067	194.970

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(7.133)	(7.525)
Adições	(3.801)	(5.240)
Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.934)	(12.765)
Adições	(8.145)	(8.670)
Reversões	937	2.244
Baixas	-	32
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(18.142)	(19.159)

6. OUTROS ATIVOS

Outros ativos são compostos por despesas antecipadas, outras contas a receber e depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Adiantamento de empregados (a)	1.291	1.594	1.302	1.616
Adiantamento a fornecedores	112	4.153	112	4.286
Despesas antecipadas (b)	934	458	944	458
Multas a receber	19	-	19	-
Aluguel a receber de terceiros	6	-	6	-
Valores a recuperar (c)	1.972	1.875	1.978	1.875
Outras contas a receber	-	-	4	5
Bloqueio judicial	1.917	-	2.035	119
Depósito judicial	1.769	1.769	1.769	1.769
Total	8.020	9.849	8.169	10.128
Circulante	4.334	8.080	4.361	8.354
Não Circulante	3.686	1.769	3.808	1.774

- (a) Adiantamento de despesas de viagens, férias e banco de horas;
- (b) Seguros à apropriar e vale transporte; e
- (c) Notas de débitos com transportadora.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Produtos acabados	18.265	41.863	18.834	42.518
Produtos em elaboração	487	569	487	569
Matérias-primas	11.015	12.205	11.015	12.205
Materiais de embalagem	14.338	17.874	14.338	17.874
(-) Provisão para perda de estoque (a)	(3.575)	-	(4.343)	-
Adiantamento a fornecedores de estoques (b)	9.950	-	9.950	-
Importações em andamento	239	1.012	239	1.012
Outros	1.344	1.391	2.056	3.580
Total	52.063	74.914	52.576	77.758

(a) A provisão para perdas do estoque é calculada de acordo com a política da Companhia que consiste na análise do giro lento, estimativa de perda no inventário e data de vencimento dos produtos.

(b) O principal valor refere-se a adiantamento a fornecedor por meio das operações de fomento (vide nota explicativa nº 18), onde a Companhia antecipa sua carteira de recebíveis como forma de pagamento às operações com a fomentadora, BS Fomentos, por meio de duplicatas.

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	-	-
Adições	(3.575)	(4.343)
Reversão de provisão	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(3.575)	(4.343)

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
IRPJ e CSLL a recuperar	2.099	3.361	2.172	3.680
ICMS a recuperar	4.394	7.226	4.479	7.313
Pis e Cofins a recuperar	21.423	651	21.637	898
IPI a recuperar	-	109	-	109
TOTAL	27.916	11.347	28.288	12.000
Circulante	26.307	9.417	26.679	10.070
Não Circulante	1.609	1.930	1.609	1.930

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Operações compromissadas	2.424	7.740	2.424	7.740
Total Não Circulante	2.424	7.740	2.424	7.740

As operações compromissadas estão atreladas às operações passivas da Companhia sendo remuneradas a taxas que variam entre 94% e 105% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações passivas.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora

10.1. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
<u>Contas a Receber</u>		
Em moeda local:		
Bril Cosméticos S.A. (a)	20.122	20.435
Bril Store Ltda	-	22
BBLOG (b)	11.990	-
Não Circulante	<u>32.112</u>	<u>20.457</u>

(a) Transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos. As referidas operações são realizadas a preços e condições regulares de mercado.

(b) Empresa terceirizada para prestação de serviço de transporte rodoviário e logística com a Bombril S.A.. As prestações de serviços são realizadas em condições regulares de mercado. Para fins de consolidação é demonstrado o montante de R\$11.990 de partes relacionadas com a empresa de transportes BBLOG, onde não é eliminada por não pertencer ao grupo societário da Companhia.

10.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
<u>Contas a Pagar</u>		
Em moeda estrangeira:		
Bombril Overseas Inc. (c)	501.449	501.449
Em moeda local:		
Bombril Mercosul S.A. (d)	19.257	18.365
Brilmaq Empreendimentos Imobiliário S.A. (e)	1.013	1.030
Não Circulante	<u>521.719</u>	<u>520.844</u>

(c) Em 1999, a Companhia emitiu duas tranches de notes, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.P.A.. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões, com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007.

Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil foi cedida para a controlada Bombril Overseas Inc., sendo que o processo de transferência da custódia desses títulos para tal controlada encontra-se em andamento. Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao tutelante (BNP Paribas) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc.. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal movida na justiça italiana

(sobre a qual a Administração da Bombril Overseas Inc. não tem controle), ainda não foi possível concluir a transferência da custódia desses títulos para essa controlada. No entanto, e embora a transferência definitiva desses títulos para a Bombril Overseas Inc. dependa desses processos judiciais promovidos no exterior, a opinião dos assessores legais da Companhia, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc., é considerada provável. A esse respeito, vale destacar que: (i) na mencionada ação penal, decidiu-se pela liberação dos títulos em favor dos responsáveis pela *amministrazione straordinaria* (situação similar a uma falência) do Grupo Cirio; (ii) as sociedades do Grupo Cirio, incluindo Cirio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Cirio Finance Luxembourg S.A. e a Cirio Holding Luxembourg S.A., reconheceram que tais notas eram de titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que fosse efetuada a transferência dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Grupo Cirio e a Newco International Ltd. (controladora da Bombril S.A.); e (iii) os responsáveis pela *amministrazione straordinaria* do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de outubro de 2010, na qual declararam ser a Bombril Overseas Inc. a efetiva titular das notas, inclusive porque não teriam razões para incluir essa controlada da Companhia no âmbito da investigação de falência. Atualmente, a Bombril Overseas Inc., por meio de seus assessores legais em Roma, está tomando as providências necessárias para concluir a transferência definitiva dos Eurobonds em seu favor. Em paralelo, a Administração da Companhia estuda alternativas com o objetivo de equacionar a obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos.

c.1 Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.
- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.
- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (*put option*).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 [(€ 40 milhões)], em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 37.5 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 2.5 milhões].

c.2 No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 [(€ 60 milhões)], em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes a controlada Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 54.7 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 5.3 milhões].

c.3 As Notas Série 1 venceram-se em 17 de fevereiro de 2011 e as Notas Série 2 venceram-se em 27 de maio de 2011. A Companhia realizou o pagamento do saldo dos valores devidos em relação às Notas em poder no mercado, no valor de € 366.850,00 (trezentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta euros) para as Notas Série 1 e € 814.880,77 (oitocentos e quatorze mil, oitocentos e oitenta euros e setenta e sete centavos) para as Notas Série 2.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da controlada Bombril Overseas Inc., no valor de € 138.521.853,50 (cento e trinta e oito milhões, quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta centavos) foi repactuada com novo vencimento em 27 de maio de 2021, nos termos do Instrumento Particular de Confissão de Dívida datado de 30 de agosto de 2011, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

As dívidas representadas pelas Notas de propriedades da controlada Bombril Overseas Inc., foram repactuadas, por meio de aditamentos datados em 24 de julho de 2015, alterando a moeda da dívida para reais, em vez de €, fixando ao valor de R\$501.449.109,27.

(d) Contrato celebrado entre Bombril S.A. e Bombril Mercosul S.A. tem como base o arrendamento de bens.

(e) Controlada integral da Bombril S.A., tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios.

10.3 Receitas e despesas com controladas para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Operações comerciais		Variações cambiais líquidas	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Bombril Mercosul S.A (f)	(3.597)	(3.416)	-	-
Bril Cosméticos S.A (g)	5.195	7.742	-	-
Bril Store Ltda (h)	23	23	-	-
Bombril Overseas Inc. (i)	-	-	-	(54.439)
Total	1.621	4.349	-	(54.439)

(f) As transações com a controlada, Bombril Mercosul, referem-se a despesas com alugueis de terrenos, prédios e maquinários utilizados nas operações da Bombril S.A..

(g) Transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos.

(h) Transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre Bombril S.A e Bril Store incorridos no exercício de 2016.

(i) As transações de variações cambiais junto à controlada Bombril *Overseas Inc.* referem-se a ajustes de conversão sobre os saldos do *Guaranteed Note Program*.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal está fixado até o limite de R\$ 9.452 para o exercício de 2016, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016. O montante pago até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 6.372 (R\$ 5.153 em 31 de dezembro de 2015), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

12. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS

Controladora

12.1 Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
<u>Valores a receber</u>				
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A. (a)	49.414	49.414	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A
Cirio Brasil S.A (a)	12.822	12.822	100% do CDI	BHD Participação S.
Cirio Brasil S.A (a)	298	280	1% am	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda	1.815	1.681	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	64.349	64.197		
Provisão para perdas	(64.349)	(64.197)		
Total	-	-		

12.2 Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>Atualização</u>	<u>Garantia</u>
Em moeda estrangeira:				
Euro				
Società Sportiva Lazio (b)	-	27.491	-	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda	392	344	100% do CDI	-
Total	392	27.835		

Consolidado

12.3 Ativo

Sociedades	31.12.16	31.12.15	Juros e atualização	Garantia
Valores a receber				
Em moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano:				
C&P Cap. Invest.N.V. (a)	483.550	579.352	10% a.a.	-
C&P Overseas Ltda (a)	1.026.268	1.229.595	10,25% a.a.	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital				Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A
Investment Brasil S.A (a)	49.414	49.413	100% do CDI	-
C & P Overseas Ltda (a)	183.142	183.142	100% do CDI	-
Cirio Brasil S.A (a)	12.822	12.822	100% do CDI	-
Cirio Brasil S.A (a)	298	280	1% a.m	BHD Participação S.A
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.815	1.682	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	1.757.309	2.056.286		
Provisão para perdas	(1.757.309)	(2.056.286)		
Total	-	-		

12.4 Passivo

Sociedades	31.12.16	31.12.15	Juros e atualização	Garantia
Em moeda estrangeira:				
Euro				
Società Sportiva Lázio (b)	-	27.491	-	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda	392	344	100% do CDI	-
Total	392	27.835		

- (a) Compreende valores a receber e pagar junto a empresas relacionadas do antigo acionista controlador. Os ativos foram totalmente provisionados para perda e os passivos estão sendo mantidos devidamente atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de origem da dívida, e permanecerão desta forma até a conclusão do processo de liquidação judicial em que estas empresas estão envolvidas.
- (b) A Companhia reverteu o valor a pagar com a *Società Sportiva Lázio ("Lázio")*, em sua totalidade no montante de R\$ 27.491 mil. Os Administradores da Bombril em conjunto com seus assessores jurídicos entendem não haver mais nenhum risco de exigibilidade. Essa avaliação e conclusão é consubstanciada pela legislação cível italiana e suas respectivas regras para o período de prescrição.

A referida provisão para perdas está composta da seguinte forma:

Empresas	31.12.16		31.12.15	
	Bombril S/A	Bombril Overseas Inc	Bombril S/A	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltda	-	1.209.410	-	1.412.737
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A	49.414	-	49.414	-
C&P Capital Invest. NV	-	483.550	-	579.352
Cirio Brasil S.A	13.120	-	13.102	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda	1.815	-	1.681	-
Total	64.349	1.692.960	64.197	1.992.089

12.5.Outras considerações

Quando da posse do atual acionista controlador, a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as empresas relacionadas ao antigo acionista controlador. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril *Overseas Inc.* cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades Italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas e manutenção dos passivos nos termos acima mencionados.

13. INVESTIMENTOS

13.1 Composição

Ativo	Controladora	
	31.12.16	31.12.15
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	202.580	211.409
Bombril Overseas Inc	443.035	442.863
Bril Cosméticos S.A.	-	1.345
Bril Store Comércio Digital Ltda (a)	-	37
Ágio por rentabilidade futura - Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda (b)	7.935	7.935
(-) Perda para redução ao Valor Recuperável (b)	(2.742)	-
	650.808	663.589

Passivo	Controladora	
	31.12.16	31.12.15
Bril Cosméticos S.A. (c)	3.411	-
	3.411	-

(a) Empresa encerrou as atividades operacionais em 31 de março de 2016, considerando a irrelevância dos saldos, não foram divulgadas as informações requisitadas pela norma contábil CPC 31 "Ativos não circulante mantido para venda e operação descontinuada".

(b) A Companhia registrou parcialmente como perda ao valor recuperável referente ao ágio por rentabilidade futura da Milana Industrial Comercial Brasileira de Saneantes Ltda, conforme nota explicativa nº 15

(c) Perda no investimento da controlada da Bril Cosméticos no montante de R\$ 3.411.

13.2 Movimentação

	Brilmaq	Bombril Overseas	Bril Cosméticos	Bril Store	Ágio Milana	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	212.880	395.406	3.555	-	7.935	619.776
Equivalência Patrimonial	(24.141)	(116.233)	(2.220)	37	-	(142.557)
Efeitos de variação cambial sobre o investimento no exterior	22.680	163.690	-	-	-	186.370
Transação de capital	(10)	-	10	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	211.409	442.863	1.345	37	7.935	663.589
Equivalência Patrimonial	2.120	79.195	(4.756)	(2)	-	76.557
Efeitos de variação cambial sobre o investimento no exterior	(10.949)	(79.023)	-	-	-	(89.972)
Baixa	-	-	-	(35)	-	(35)
(-) Perda para redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	(2.742)	(2.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	202.580	443.035	(3.411)	-	5.193	647.397

13.3 Principais demonstrações contábeis de suas controladas diretas e indiretas:

	31.12.16							31.12.15			
	Ativo	Passivo	Capital Social	Receita Líquida	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado Período	Equivalência	Patrimônio Líquido	Resultado Período	Equivalência
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	207.524	4.944	96.175	-	100,00%	202.580	2.120	2.120	211.409	(24.141)	(24.141)
Bombril Mercosul S.A.	197.864	52.967	59.549	3.264	-	144.897	(8.642)	-	153.539	(8.162)	-
Bril Cosméticos S.A.	18.977	29.361	33.000	15.485	32,85%	(10.384)	(14.476)	(4.756)	4.092	(6.759)	(2.220)
Bril Store Comércio Digital Ltda.	-	-	-	-	99,99%	-	-	(2)	37	37	37
Bombril Overseas Inc.	505.806	1.386	1.153.054	-	87,83%	504.420	90.170	79.195	504.224	(132.337)	(116.233)
	930.171	88.658	1.341.778	18.749		841.513	69.172	76.557	873.301	(171.362)	(142.557)

14. IMOBILIZADO

14.1 Composição do imobilizado

	Tempo médio de vida útil - anos	Controladora		Consolidado	
		31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
		Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos		-	-	94.192	94.192
Edifícios	60	205	209	62.026	63.219
Instalações	10 a 25	10.848	11.811	10.877	11.848
Máquinas e equipamentos	5 a 40	86.536	89.756	108.994	114.246
Móveis e utensílios	5 a 25	1.662	1.564	1.670	1.573
Veículos	10 a 15	173	358	179	363
Equipamentos de processamento de dados	3 a 20	1.663	1.936	1.707	1.991
Imobilizações em andamento (a)	-	3.476	13.976	3.476	13.979
Benfeitorias em imóveis da Controlada	12 a 25	36.439	35.794	36.439	35.794
Outros bens	3 a 5	68	193	83	199
(-) Perda ao Valor Recuperável (b)	-	(1.466)	-	(1.466)	-
Total		139.604	155.597	318.177	337.404

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se principalmente aos seguintes projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem; e (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.

Nos anos de 2005 e 2006, a controlada Bombril Mercosul S.A. reavaliou bens do ativo imobilizado resultando em uma mais valia a época de R\$ 89.503 tendo como contra partida a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio líquido. O saldo remanescente das reavaliações em 31 de dezembro de 2016 é de R\$46.056 (R\$49.123 em 31 de dezembro de 2015), cuja realização tem ocorrido mediante sua depreciação, a qual é calculada pelo método linear consoante laudo técnico emitido por peritos independentes.

- (b) Em 2016 a Companhia registrou redução no valor recuperável de seus ativos sem expectativa de utilização e geração de caixa futuro no montante de R\$1.466.

14.2 Movimentação da Controlada

Custo	Edifícios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de proc. de dados	Imob. em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	(-) Perda ao Valor Recuperável	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	313	20.215	131.866	3.689	1.381	4.983	28.305	32.575	310	-	223.637
Adições	-	2.033	19.353	47	-	141	6.256	10.230	36	-	38.096
Baixas	-	(11)	(756)	(40)	(40)	(56)	(1)	-	-	-	(904)
Transferências	-	730	12.712	73	30	597	(20.584)	1.849	-	-	(4.593)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	313	22.967	163.175	3.769	1.371	5.665	13.976	44.654	346	-	256.236
Adições	-	333	3.687	29	52	134	1.951	406	25	-	6.617
Baixas	-	-	(365)	(17)	(686)	(43)	(5)	-	(30)	(1.466)	(2.612)
Transferências	-	350	7.212	229	-	463	(12.446)	2.375	51	-	(1.766)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	313	23.650	173.709	4.010	737	6.219	3.476	47.435	392	(1.466)	258.475

Depreciação e Amortização Acumulada	Edifícios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de proc. de dados	Imob. em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	(-) Perda ao Valor Recuperável	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(97)	(9.299)	(58.503)	(1.919)	(855)	(3.241)	-	(7.160)	(90)	-	(81.164)
Adições	(7)	(1.864)	(15.344)	(314)	(194)	(542)	-	(1.700)	(63)	-	(20.028)
Baixas	-	7	428	28	36	54	-	-	-	-	553
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(104)	(11.156)	(73.419)	(2.205)	(1.013)	(3.729)	-	(8.860)	(153)	-	(100.639)
Adições	(4)	(1.646)	(13.806)	(157)	(100)	(843)	-	(2.136)	(183)	-	(18.875)
Baixas	-	-	52	14	549	16	-	-	12	-	643
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(108)	(12.802)	(87.173)	(2.348)	(564)	(4.556)	-	(10.996)	(324)	-	(118.871)
Saldo líquido em Dezembro de 2014	216	10.916	73.363	1.770	526	1.742	28.305	25.415	220	-	142.473
Saldo líquido em Dezembro de 2015	209	11.811	89.756	1.564	358	1.936	13.976	35.794	193	-	155.597
Saldo líquido em Dezembro de 2016	205	10.848	86.536	1.662	173	1.663	3.476	36.439	68	(1.466)	139.604

14.3 Movimentação do Consolidado

Custo	Terreno	Edifícios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de proc. de dados	Imob. em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	(-) Perda ao Valor Recuperável	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	94.192	87.624	26.527	244.881	8.218	1.513	7.788	28.668	32.575	320	-	532.306
Adições	-	-	2.033	21.218	47	-	141	5.895	10.229	37	-	39.600
Baixas	-	-	(11)	(1.417)	(51)	(39)	(76)	-	-	-	-	(1.594)
Transferências	-	-	730	12.712	72	30	597	(20.584)	1.850	-	-	(4.593)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	94.192	87.624	29.279	277.394	8.286	1.504	8.450	13.979	44.654	357	-	565.719
Adições	-	-	332	3.687	29	52	149	1.950	406	38	-	6.643
Baixas	-	-	-	(371)	(55)	(727)	(107)	(7)	-	(42)	(1.466)	(2.775)
Transferências	-	-	350	7.212	229	-	463	(12.446)	2.374	51	-	(1.767)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	94.192	87.624	29.961	287.922	8.489	829	8.955	3.476	47.434	404	(1.466)	567.820

Depreciação e Amortização Acumulada	Terreno	Edifícios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de proc. de dados	Imob. em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	(-) Perda ao Valor Recuperável	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-	(22.467)	(15.513)	(143.622)	(6.379)	(982)	(5.965)	-	(7.160)	(92)	-	(202.180)
Adições	-	(1.938)	(1.925)	(20.560)	(374)	(194)	(566)	-	(1.700)	(66)	-	(27.323)
Baixas	-	-	7	1.034	40	35	72	-	-	-	-	1.188
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	-	(24.405)	(17.431)	(163.148)	(6.713)	(1.141)	(6.459)	-	(8.860)	(158)	-	(228.315)
Adições	-	(1.193)	(1.653)	(15.836)	(158)	(100)	(865)	-	(2.135)	(185)	-	(22.125)
Baixas	-	-	-	56	52	591	76	-	-	22	-	797
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	-	(25.598)	(19.084)	(178.928)	(6.819)	(650)	(7.248)	-	(10.995)	(321)	-	(249.643)
Saldo líquido em Dezembro de 2014	94.192	65.157	11.014	101.259	1.839	531	1.823	28.668	25.415	228	-	330.126
Saldo líquido em Dezembro de 2015	94.192	63.219	11.848	114.246	1.573	363	1.991	13.979	35.794	199	-	337.404
Saldo líquido em Dezembro de 2016	94.192	62.026	10.877	108.994	1.670	179	1.707	3.476	36.439	83	(1.466)	318.177

15. INTANGÍVEL

15.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes (a)	-	-	18.419	18.430
Software (b)	7.763	8.867	7.773	8.901
Ágio Milana Industrial e Comercial Brasileira e Sanientes Ltda (c)	-	-	7.935	7.935
(-) Perda para redução ao Valor Recuperável (d)	-	-	(12.203)	-
Total	7.763	8.867	21.924	35.266

- (a) Refere-se ao custo pago pela aquisição das marcas (Ecologie, Natural Pro e Aquatress, entre outras) relacionadas aos produtos comercializados pela controlada Bril Cosméticos S.A.
- (b) A amortização dos softwares é realizada para um período de cinco anos.
- (c) Ágio decorrente da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio líquido das controladas incorporadas, Milana Industrial e Milana Trade apurado na data de aquisição e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura.
- (d) Em dezembro de 2016, a Companhia revisou o valor recuperável dos seguintes ativos sem vida útil econômica definida: (i) Ágio Milana Industrial e Comercial Brasileira e Sanientes Ltda. e também sobre as marcas (Ecologie, Natural Pró e Aquatress) registrados na controlada Bril Cosméticos S.A.

Conforme requisitado pelo CPC 01, a Bombril adotou a metodologia de fluxos de caixas descontados, que considera tanto a geração de caixa, quanto os riscos envolvidos na atividade, deduzidos da dívida líquida na data base de 31 de dezembro de 2016.

O período de projeção de fluxos de caixa foi de 10 anos, conforme prática de mercado, ressaltando que a estabilidade do fluxo de caixa da empresa é atingida no segundo ano de projeção, contados a partir da data de avaliação. As premissas utilizadas para determinar o valor justo incluem: projeções de fluxo de caixas com base em estimativas internas da administração, premissas macroeconômicas e taxa de desconto calculada. A taxa de desconto obtida e a aplicada na projeção dos fluxos foi de 15%.

Desta forma a Companhia apresenta provisão para redução ao valor recuperável de seu ativo Ágio Milana Industrial e Comercial Brasileira e Sanientes Ltda. nas demonstrações individuais registrado no grupo de investimento e no consolidado no grupo contábil intangível uma provisão no montante de R\$ 2.742 (vide nota explicativa nº 13).

Não obstante, para as marcas (Ecologie, Natural Pró e Aquatress) registrou como ativo intangível no consolidado, uma provisão de *impairment* no montante de R\$ 9.461.

Eventos ou mudanças significativas futuras relacionadas ao negócio diretamente ou questões econômicas externas podem alterar ou até mesmo potencializar a provisão para perda reconhecida no exercício de 2016 como outras despesas operacionais.

15.2 Movimentação – Controladora

Software	Custo	Amortização	Saldo Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	13.527	(8.349)	5.178
Adições	1.139	(2.043)	(904)
Baixas	(5)	5	-
Transferências	4.593	-	4.593
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	19.254	(10.387)	8.867
Adições	116	(2.987)	(2.871)
Baixas	-	-	-
Transferências	1.767	-	1.767
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.137	(13.374)	7.763

Movimentação –Consolidado

Custo	Marcas e Patentes	Software	Ágio Milana	(-) Perda ao Valor Recuperável	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	18.335	27.295	8.452	-	54.082
Adições	106	1.139	-	-	1.245
Baixas	-	(17)	-	-	(17)
Transferências	-	4.593	-	-	4.593
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	18.441	33.010	8.452	-	59.903
Adições	-	116	-	-	116
Baixas	-	-	-	(12.203)	(12.203)
Transferências	-	1.767	-	-	1.767
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.441	34.893	8.452	(12.203)	49.583

Amortização	Marcas e Patentes	Software	Ágio Milana	(-) Perda ao Valor Recuperável	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(5)	(22.058)	(517)	-	(22.580)
Adições	(6)	(2.068)	-	-	(2.074)
Baixas	-	17	-	-	17
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(11)	(24.109)	(517)	-	(24.637)
Adições	(11)	(3.011)	-	-	(3.022)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(22)	(27.120)	(517)	-	(27.659)
Saldo líquido em Dezembro de 2014	18.330	5.237	7.935	-	31.502
Saldo líquido em Dezembro de 2015	18.430	8.901	7.935	-	35.266
Saldo líquido em Dezembro de 2016	18.419	7.773	7.935	(12.203)	21.924

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Fornecedores - matéria-prima	112.862	198.965	113.552	200.795
Fornecedores - transporte	36.281	40.105	36.414	40.635
Fornecedores - exterior	318	732	1.704	2.392
Fornecedores - finame a fabricante	-	116	-	116
Total	149.461	239.918	151.670	243.938

16.1. Por vencimento

Intervalo	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
A vencer	133.474	157.076	135.200	159.608
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.036	47.194	8.039	47.390
De 31 a 60 dias	3.868	17.974	3.874	18.243
De 61 a 90 dias	471	4.542	476	4.633
De 91 a 180 dias	756	5.474	855	5.726
Acima de 180 dias	2.856	7.658	3.226	8.338
	149.461	239.918	151.670	243.938
Circulante	114.325	239.802	116.534	243.822
Não circulante (a)	35.136	116	35.136	116

(a) No período de 2016, a Companhia firmou com seus principais fornecedores o contrato de repactuação do valor devido, que serão pagos em até 36 meses.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.15	31.12.2016	31.12.15
Salários a pagar	-	-	-	-
Provisão de férias e 13 Salario	13.553	15.158	13.698	15.482
Encargos sociais a pagar	3.290	3.678	3.336	3.759
Total	16.843	18.836	17.034	19.241

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Composição

	Taxa média de encargos %	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
<u>Em moeda local:</u>						
Arrendamento Mercantil	-	-	-	39	-	39
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,79 a.a.	Jul/2017 a Set/2021	13.103	16.850	17.669	23.264
Capital de giro	22,2 a.a.	Jan/2017 a Abr/2021	46.404	115.112	46.404	115.112
Operação de Fomento (a)	3,5*		88.780	-	88.780	-
Conta garantida (b)	26,82 a.a.		1.509	-	1.509	-
Total			149.796	132.001	154.362	138.415
Circulante			130.282	87.224	131.943	89.094
Não circulante			19.514	44.777	22.419	49.321
<i>* por operação</i>						

- (a) As operações com fomento são utilizadas para pagamento de fornecedores e também como adiantamento de fornecedores para compra de matéria prima. Atualmente a Companhia opera com as empresas “BS Fomento” e “Red Asset”, e utiliza como forma de pagamento duplicatas a receber, respectivamente, com prazo médio de repasse à fomentadora de 12 e 30 dias com taxa de 3,5% por operação.
- (b) A Conta garantida tem o prazo de vencimento indeterminado, pois a cada 180 dias ocorre a análise de crédito para continuidade da operação.

Garantias

Os empréstimos em moeda local estão garantidos por equipamentos, vendas com recebimento futuro e avais da Companhia e suas controladas.

As operações da Companhia junto a fomentadora, BS Fomento, estão garantidos por Marcas (Kalipto e NO AR) e estoques, no montante de R\$21.405.

Parcela não circulante:

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
2018	3.699	17.516	4.261	17.516
2019	3.945	-	5.190	1.270
2020	5.393	14.627	6.491	16.499
2021	6.477	12.634	6.477	14.036
Total	19.514	44.777	22.419	49.321

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

19.1. Controladora

	Circulante		Não circulante		Total	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Parcelamento - Refis IV (a)	56.216	54.385	158.198	160.881	214.415	215.266
PPI - Programa de						
Parcelamento Incentivado (b)	2.016	2.353	689	2.515	2.706	4.868
PEP - Programa Especial de						
Parcelamento (c)	5.136	2.755	14.902	16.900	20.038	19.655
Parcelamento ICMS (d)	16.432	32.715	26.523	36.369	42.956	69.084
Parcelamentos PIS/COFINS (e)	10.749	8.074	20.498	26.241	31.247	34.315
Parcelamento IPI (f)	5.541	4.236	10.776	13.838	16.317	18.074
Parcelamento INSS (g)	3.319	-	11.065	-	14.384	-
ICMS a recolher (h)	39.748	2.985	-	-	39.748	2.985
IPI a recolher (h)	45.926	5.961	-	-	45.926	5.961
ISS a recolher (h)	110	35	-	-	110	35
PIS/COFINS a recolher (h)	85.307	15.170	-	-	85.307	15.170
INSS e IRRF a recolher (h)	17.490	9.131	-	-	17.490	9.131
Total	287.992	137.800	242.651	256.745	530.643	394.545

19.2. Consolidado

	Circulante		Não circulante		Total	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Parcelamento - Refis IV (a)	56.216	54.385	158.198	160.881	214.415	215.266
PPI - Programa de						
Parcelamento Incentivado (b)	2.016	2.353	689	2.515	2.706	4.868
PEP - Programa Especial de						
Parcelamento (c)	5.136	2.755	14.902	16.900	20.038	19.655
Parcelamento ICMS (d)	16.432	32.715	26.523	36.369	42.956	69.084
Parcelamentos PIS/COFINS (e)	10.749	8.074	20.498	26.241	31.247	34.315
Parcelamento IPI (f)	5.541	4.236	10.776	13.838	16.317	18.074
Parcelamento INSS (g)	3.319	-	11.065		14.384	-
ICMS a recolher (h)	39.960	3.242	-	-	39.960	3.242
IPI a recolher (h)	45.932	5.971	-	-	45.932	5.971
ISS a recolher (h)	123	48	-	-	123	48
PIS/COFINS a recolher (h)	85.350	15.262	-	-	85.350	15.262
IRPJ/CSLL a recolher (h)	90	260	-	-	90	260
INSS e IRRF a recolher (h)	17.498	9.144	-	-	17.498	9.144
Total	288.364	138.445	242.651	256.745	531.015	395.190

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 simplesmente denominado de “REFIS IV”. A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foram objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30 de junho de 2011.

O saldo da dívida consolidado da Companhia era de aproximadamente R\$281.843 em 30 de junho de 2011, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$187.049. A diferença de valores consolidados foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.11, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do “REFIS IV” foi discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia e a provisão integral dos valores foi mantida.

Em 09 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, que tratou, dentre outros assuntos, da reabertura do prazo para inclusão de débitos no REFIS IV. Em tal ocasião, a Companhia optou pelo recolhimento à vista do montante relativo a CPMF, em 31 de dezembro de 2013, no valor total de R\$ 6.062 importando na redução total de R\$4.944.

Dentro do contexto desta nova lei, além dos débitos relativos a CPMF acima mencionados, no momento da reabertura do prazo para inclusão de débitos no referido Programa de Parcelamento, a Companhia optou, também, pela inclusão dos seguintes débitos adicionais:

- PIS: Com relação aos débitos relativos ao PIS, que foram objeto de parcelamento ordinário no âmbito da PGFN em julho de 2013, diante da previsão legal para transferência do saldo do parcelamento ordinário, a Companhia optou pela migração ao REFIS IV, sendo que o saldo de R\$ 6.389, com as reduções previstas, totalizou em dezembro de 2013 o montante de R\$ 3.393.

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior: Com base na opinião dos assessores jurídicos, em dezembro de 2013 a Companhia deliberou aderir ao acordo de refinanciamento de tributos federais (REFIS) referente ao pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido da controlada no exterior BB Overseas incidentes sobre o lucro apurado para o ano de 2002.

A Companhia possui ação judicial na qual contesta a tributação (a) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas nos anos de 1996 a 2001, antes da sua efetiva disponibilização; (b) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas no ano de 2002 e seguintes, antes da sua efetiva disponibilização; e (c) do resultado positivo de equivalência patrimonial correspondente à variação cambial do investimento detido na BB Overseas. Os créditos tributários

de IRPJ e CSLL em discussão nessa ação judicial se encontram com a exigibilidade suspensa, por força de decisão judicial.

Em 2013 foi publicado o resultado do julgamento da ADIN 2.588, na qual o Supremo Tribunal Federal decidiu pela (i) invalidade da tributação dos lucros acumulados até 2001 por controladas no exterior antes da efetiva disponibilização, estejam ou não sediadas em paraíso fiscal (aplicável aos lucros da BB Overseas acumulados até dezembro de 2001); e pela (ii) validade da tributação dos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal (aplicável aos lucros da BB Overseas – sediada nas Ilhas Virgens Britânicas – auferidos a partir de 2002).

Em face do impacto desfavorável que a decisão dessa ADIN teria em relação a parcela do crédito tributário discutido na ação judicial proposta pela Companhia, especificamente no que concerne à tributação dos lucros apurados pela BB Overseas a partir do ano de 2002, nossos assessores jurídicos entenderam que seria iminente a probabilidade de perda parcial dessa ação, quanto a esta parcela do crédito tributário. E em razão de tal entendimento recomendaram a desistência parcial da ação e liquidação desse crédito tributário – de IRPJ e CSLL – mediante aproveitamento dos benefícios (descontos de juros de mora e multa) previstos pelo artigo 40 da Lei 12.865/13; ou, subsidiariamente, previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

Como o parcelamento previsto pelo artigo 40 da Lei 12.865/13 estava condicionado ao pagamento de uma entrada no montante de 20% (vinte por cento) dos créditos tributários a serem parcelados, a Companhia deliberou por aderir ao parcelamento previsto pelo artigo 1º da Lei 11.941/09, para liquidação dessa parcela do crédito tributário em discussão na ação judicial, em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas ajustadas pela SELIC, com redução de 60% de multa e 25% de juros de mora. O impacto do reconhecimento do REFIS em 2013 foi de R\$ 120.192, sendo R\$ 57.377 de impostos, R\$ 89.108 de despesas financeiras e outras despesas operacionais e R\$ (26.293) de benefício fiscal.

Considerando a reabertura do prazo de que trata o § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (REFIS IV) definida pelo art. 34 pela Medida Provisória 651, em dezembro de 2014 a Companhia optou por incluir débitos no montante de R\$ 14.614, mediante aproveitamento dos benefícios previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

A Administração da Companhia destaca que optou pela inclusão destes valores no modelo previsto pelo programa denominado REFIS IV, dada sua vantagem econômica com reduções (60% da multa de mora; 25% dos juros de mora e 100% de encargos), somada a possibilidade de parcelamento em até 180 meses, além de não ser exigido um percentual de entrada para o parcelamento.

Os valores da dívida perante RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
PAEX	333.224	335.893
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.931)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
Inclusão de novos débitos até 31/12/2014	138.199	138.199
Juros do período de 2009 a 31/12/2014	61.660	61.859
(-) Pagamentos efetuados até 31/12/2014	<u>(172.908)</u>	<u>(174.081)</u>
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.14	<u>237.784</u>	<u>237.784</u>
Juros no período findo em 31.12.15	21.956	21.956
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.15	<u>(44.474)</u>	<u>(44.474)</u>
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.15	<u>215.266</u>	<u>215.266</u>
Transferência de contingência tributária em 31.12.16 (i)	23.277	23.277
Juros no período findo em 31.12.16	19.869	19.869
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.16	<u>(43.997)</u>	<u>(43.997)</u>
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.16	<u>214.415</u>	<u>214.415</u>

a.1) IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O saldo remanescente do PPI em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.706 (R\$ 4.868 em 31 de dezembro de 2015), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

c) PEP

Em 29 de maio de 2013, a Companhia formalizou a opção pelo Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 58.811 de 28 de dezembro de 2012.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 20.038 (R\$ 19.655 em 31 de dezembro de 2015), para débitos parcelados em 120 meses, com acréscimo financeiro de 1% a.m.

d) ICMS

Em 2014 e 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário na SEFAZ dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Curitiba, Pernambuco e Rio de Janeiro. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 42.956 (R\$69.084 em 31 de dezembro de 2015).

e) PIS / COFINS

Em 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário junto a RFB em 60 meses e em 31 de dezembro de 2016 o montante é de R\$ 31.247 (R\$ 34.315 em 31 de dezembro de 2015).

f) IPI

Em 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário junto a RFB em 60 meses e em 31 de dezembro de 2016 o montante é de R\$ 16.317 (R\$ 18.074 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia encontra-se obrigada a manter o pagamento regular das parcelas dos impostos e contribuições parceladas, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), e) e f) e das condições dos mesmos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

g) INSS

Em Maio/2016 foi formalizado o parcelamento de INSS das competências de Outubro/2015 a Março/2016 junto a RFB em 60 meses. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 14.384.

h) Impostos a recolher

A Companhia tem impostos a recolher no montante de R\$ 188.581, dos quais o saldo de R\$ 173.155 (Controladora) encontram-se em atraso, os valores apresentados já estão acrescidos de multas e juros.

i) PAEX

Valor referente tributo transferido de contingência tributária compondo o parcelamento REFIS IV (vide nota 23 b).

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos: Nas demonstrações contábeis consolidadas individuais, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, nos casos em que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

b) Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas.

Abaixo demonstramos a estimativa da realização dos ativos diferidos:

Descrição	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado após 12 meses	Total
Ativo diferido - Base prejuízo fiscal	108.938	-	108.938
Ativo diferido - Base diferença temporária	1.458	43.363	44.821
	110.396	43.363	153.759

Em 31 de dezembro de 2016, não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis créditos tributários no valor de R\$ 27.791 oriundos de prejuízos fiscais gerados no período. O não reconhecimento destes créditos se deve basicamente a falta de geração de resultados tributáveis nos últimos exercícios, os quais, estão fundamentados pelas projeções de resultados realizadas pela Administração da Companhia. De acordo com a legislação tributária vigente no Brasil não há prazo para a prescrição dos prejuízos fiscais.

20.1. Composição do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
IRPJ/CSLL corrente	-	-	(90)	(260)
Imposto de renda e contribuição social Diferido:				
IRPJ/CSLL diferido	82.149	25.813	83.590	26.890
Total - IRPJ / CSLL	82.149	25.813	83.500	26.630

20.2. Apuração do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Lucro líquido / (Prejuízo) antes dos impostos	(23.081)	(402.759)	(24.432)	(403.576)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	7.848	136.938	8.307	137.216
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes	-	(5.002)	-	(5.124)
Equivalência patrimonial	26.029	(48.469)	-	-
Outros	(6.087)	(766)	(3.666)	(3.579)
Efeito do imposto de renda sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais cujos (créditos) débitos não foram registrados anteriormente	(27.791)	(72.100)	(27.791)	(72.100)
Crédito tributário não reconhecido				
Instrução 371 CVM	10.050	-	11.492	-
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidos em exercícios anteriores	-	15.212	-	15.212
Efeito das controladas tributadas pelo lucro presumido e isentas	-	-	23.058	(44.995)
Prejuízo fiscal de períodos anteriores reconhecidos	72.100	-	72.100	-
Receita /(Despesa) de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	82.149	25.813	83.500	26.630
Alíquota efetiva	356%	6%	342%	7%

20.3. Movimentação dos ativos e passivos do IRPJ e da CSLL diferido

Controladora

	31.12.2014	Reconhecido no resultado	31.12.2015	Reconhecido no resultado	31.12.2016
Ativo diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	34.683	74.255	108.938	27.791	136.729
Credito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	-	(72.100)	(72.100)	44.309	(27.791)
Contingências tributárias	4.014	9.304	13.318	(635)	12.683
Contingências cíveis	3.183	920	4.103	985	5.088
Contingências trabalhistas	4.031	(299)	3.732	1.072	4.804
Participação no lucros	1.795	(1.784)	11	2.991	3.002
Outras contas a pagar	637	(13)	624	4.112	4.736
Provisão para perdas de créditos	3.354	(577)	2.777	2.451	5.228
Provisão para perda nos estoques	-	-	-	1.216	1.216
Outros	11.348	(1.056)	10.292	(2.226)	8.066
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	63.045	8.650	71.695	82.064	153.759
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(17.079)	17.079	-	-	-
Deemed cost	(1.004)	84	(920)	84	(836)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(18.083)	17.163	(920)	84	(836)
Imposto diferido líquido	44.962	25.813	70.775	82.148	152.923

Consolidado

	31.12.2014	Reconhecido no resultado	31.12.2015	Reconhecido no resultado	31.12.2016
Ativo diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	34.683	74.255	108.938	27.791	136.729
Credito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	-	(72.100)	(72.100)	44.309	(27.791)
Contingências tributárias	4.014	9.304	13.318	(635)	12.683
Contingências cíveis	3.183	920	4.103	985	5.088
Contingências trabalhistas	4.031	(299)	3.732	1.072	4.804
Participação no lucros	1.795	(1.784)	11	2.991	3.002
Outras contas a pagar	637	(13)	624	4.112	4.736
Provisão para perdas de créditos	3.354	(577)	2.777	2.451	5.228
Provisão para perda nos estoques	-	-	-	1.216	1.216
Outros	11.348	(1.056)	10.292	(2.226)	8.066
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	63.045	8.650	71.695	82.064	153.759
Variação cambial não realizada	(17.079)	17.079	-	-	-
Reavaliação (Mercosul)	(17.769)	1.067	(16.702)	1.043	(15.659)
Deemed cost	(33.446)	407	(33.959)	483	(33.476)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(68.294)	18.553	(50.661)	1.526	(49.135)
Imposto diferido líquido	(5.249)	27.203	21.034	83.590	104.624

21. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Benefícios a empregados (a)	2.948	4.019	2.948	4.019
Honorários advocatícios (b)	9.889	9.292	9.889	9.292
Prestação de Serviços (c)	4.985	1.811	5.179	1.976
Consultoria de reestruturação	9.073	-	9.073	-
Participação nos Lucros	8.829	33	8.829	33
Auditoria externa	141	23	141	23
Total	35.865	15.178	36.059	15.343
Circulante	25.976	5.886	26.170	6.051
Não Circulante	9.889	9.292	9.889	9.292

(a) Benefícios a empregados - Representada substancialmente pela provisão sobre o montante do banco de horas passível de compensação.

(b) Honorários advocatícios - Provisão de honorários advocatícios sobre os processos de compra e venda de títulos e tributação sobre lucros de controlada no exterior, conforme descrito na nota explicativa n. 23.

(c) Prestação de Serviços – Representada substancialmente pela provisão de serviços e consultorias.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Comerciais	1.314	19.854	2.227	20.743
Energia Elétrica	1.491	3.432	1.491	3.432
Outras	406	1.181	409	1.184
Total	3.211	24.467	4.127	25.359

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

Em 31 de dezembro de 2016, estão provisionados os montantes de R\$ 88.978 (controladora) e de R\$ 89.849 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de dezembro de 2016, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Trabalhistas	14.130	10.977	14.923	11.646
Cíveis	47.274	41.183	47.274	41.183
Fiscais	27.574	30.040	27.652	30.118
Total	88.978	82.200	89.849	82.947

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31.12.14	11.857	38.479	6.269	56.605	12.439	38.479	6.345	57.263
Constituição de provisão	2.273	3.361	28.633	34.267	2.360	3.361	28.634	34.355
Baixas	(3.153)	(657)	(4.861)	(8.671)	(3.153)	(657)	(4.861)	(8.671)
Saldo em 31.12.15	10.977	41.183	30.040	82.200	11.646	41.183	30.118	82.947
Constituição de provisão (a)	3.444	6.091	22.692	32.227	3.568	6.091	22.692	32.351
Baixas	(291)	-	-	(291)	(291)	-	-	(291)
Transferência (b)	-	-	(25.158)	(25.158)	-	-	(25.158)	(25.158)
Saldo em 31.12.16	14.130	47.274	27.574	88.978	14.923	47.274	27.652	89.849

- (a) Constituição de provisão na Controladora Bombril no período no montante de R\$139 mil, em contrapartida houve reversão no mesmo montante na Bril Cosméticos, assim não demonstrando impacto para fins de Consolidado.
- (b) Em agosto de 2016 a Companhia identificou que o débito constante do Processo Administrativo 16327.001267/2005-94, não obstante constar da listagem de contingências tributárias, na realidade havia sido incluído em data anterior no Programa de Parcelamento instituído pela Lei n.º 11.941/2009 – “Refis da Crise”, estando pendente de consolidação, conforme petição apresentada à Receita Federal do Brasil em 14 de março de 2016. Por esta razão, houve a reclassificação contábil da obrigação, saindo da conta de passivo contingente para lançamento em parcelamentos/impostos a pagar.

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$ 49.202, sendo R\$ 14.229 possível e R\$ 34.973 provável.

O montante de R\$ 34.973, considerado como provável em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 32.309 em 31 de dezembro de 2015) encontra-se devidamente provisionados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$4.098.478 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 4.001.066 em 31 de dezembro de 2015). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Trabalhistas	14.319	8.217	14.401	8.279
Cíveis	30.171	41.899	30.171	41.899
Fiscais	4.043.666	3.939.474	4.053.906	3.950.888
Total	4.088.156	3.989.590	4.098.478	4.001.066

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- **Compra e Venda de Títulos**

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.993.521 atualizados em dezembro de 2016), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 444.046 relativos ao ano de 1998, R\$ 442.326 relativos ao ano de 1999, R\$ 2.270.641 relativos ao ano de 2000 e R\$ 793.161 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011, a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 28 de fevereiro de 2013, foi proferida decisão determinando a realização de perícia judicial para avaliação de bens integrantes do ativo da Companhia. Foi proferida decisão nos autos do Agravo de Instrumento nº 0007190-09.2011.4.03.0000, declarando ilegal a penhora de ativos financeiros realizada em 2011 e, em 27 de setembro de 2013, foi expedido alvará de levantamento dos valores bloqueados (na ordem de R\$ 8.400). Em outubro de 2013, a UF apresentou novo pedido de constrição, desta vez, relativo ao processo n. 93.00.02130-3. O pedido foi acolhido e, por consequência, foi interposto agravo de instrumento distribuído sob o n. 0027123-94.2013.4.03.0000, ao qual foi negado seguimento. Diante de tal situação, foi interposto agravo do artigo 557, par. 1º. Do CPC, o qual foi por unanimidade, provido, revogando assim, a ordem de penhora proferida na origem. Realizada nova avaliação dos bens da companhia. Obtivemos decisão favorável para liberação do depósito bloqueado. Os autos estavam na conclusão para análise acerca do reforço de penhora e os embargos estavam suspensos aguardando decisão sobre a penhora. Em setembro/2015 foi proferido despacho determinando nova verificação / constatação dos bens ofertados a penhora,

bem como recebendo os embargos, sem efeito suspensivo. Em abril/2016 o mandado de constatação e avaliação foi cumprido pelo oficial de justiça da Comarca de Abreu e Lima /PE e a precatória foi devolvida ao Juízo Deprecante. Em 29 de agosto de 2016, houve publicação de sentença em 1º grau nos Embargos à Execução, dando provimento em parte, reduzindo a multa aplicada do percentual de 150% para 75%. Em face da decisão a Companhia manejou os recursos devidos. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011, opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114, para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ao qual foi dado provimento para reformar a sentença. Foi dado provimento ao nosso recurso para reforma da sentença de extinção. Assim, os autos estão sendo encaminhados à primeira instância. Apresentamos aditamento aos primeiros embargos. Em 29 de agosto de 2016 houve publicação de sentença em 1º grau nos Embargos à Execução, dando provimento em parte, reduzindo a multa aplicada do percentual de 150% para 75%. Em face da decisão a empresa manejou os recursos devidos. Os autos estão apenas à execução de 1998. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão, o que foi feito por meio de decisão proferida em 17 de abril de 2013. Atualmente aguarda-se recebimento dos autos na Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação da Companhia para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi julgado em 13 de março de 2013, pela 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que reconheceu, por maioria de votos, a decadência e respectiva extinção do direito de a Fazenda Nacional de constituir os créditos tributários relativos ao período anterior a 27 de novembro de 2001, bem como, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Voluntário no tocante à parcela não abrangida pela decadência. Em face dessa decisão, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial. Em 29 de agosto de 2013 a Companhia apresentou Embargos de Declaração em face do acórdão e contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda Nacional. Os embargos de declaração foram julgados de forma desfavorável. A companhia apresentou, então, recurso especial em 07/11/2014, o qual foi inadmitido em junho/2015. Em junho/2015 a Fazenda Nacional apresentou recurso especial. Em setembro/2015 a companhia apresentou contrarrazões. Em junho/2016, a CSRF deu provimento integral ao recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. Atualmente, aguarda intimação do acórdão, cabendo ainda embargos de declaração por parte da Companhia.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

Em 22 de abril de 2003, a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc., formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração, tanto pela Companhia quanto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012, foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia, e em 30 de agosto de 2012, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Em 28 de fevereiro de 2013 foi publicado acórdão rejeitando os embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional e atualmente aguarda-se exame de admissibilidade e remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores.

Por ocasião do julgamento da ADIN 2588, o STF analisou a validade do artigo 74 da MP 2.158/01, no seguinte sentido:

- não é válida a aplicação do parágrafo único do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros acumulados até 2001;

- é válida a aplicação do caput do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal.

Assim, considerando as chances de êxito para os lucros apurados em 2002, bem como considerando a reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV, nos termos da Lei 12.865/2013, a Companhia optou pela inclusão parcial dos valores em discussão no Refis (lucros acumulados em 2002) e manteve a discussão para os lucros acumulados até 2001, bem como para a variação cambial.

O valor atualizado do débito em discussão perfazia o montante de R\$ 502.396 em 31 de dezembro de 2013, sendo que foi incluído no parcelamento o montante de R\$ 134.303 (valor histórico – dez/13) e foi mantida a discussão no montante de R\$ 426.168 em 31 de dezembro de 2016, como probabilidade de perda remota.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 1.769 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.769 em 31 de dezembro de 2015) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social autorizado

O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.589 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.589 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

24.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 28.589 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2016, equivalentes a 28.789 ADR's, representando 0,05% do capital total.

24.3. Outros resultados abrangentes

24.3.1. Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2016, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 30.397 (R\$ 32.421 em 31 dezembro de 2015).

24.3.2. Custo atribuído

Os ajustes por adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários da controladora, é de R\$ 1.623 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.787 em 31 dezembro de 2015) e no consolidado é de R\$64.983 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 65.921 em 31 dezembro de 2015). O custo atribuído é realizado ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, de acordo com a depreciação, alienação ou baixa do respectivo ativo imobilizado, contra a rubrica de lucros acumulados.

24.3.3. Ajuste acumulado de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes Acumulados de Conversão", no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis consolidadas de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

24.4. Debêntures conversíveis em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), realizada em 10 de junho de 2014 foi aprovada a emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da primeira emissão da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais foram objeto de colocação privada, totalizando, na Data de Emissão, o valor de R\$ 70.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não é objeto de atualização monetária, bem como não há resgates antes da data de vencimento. A remuneração das Debêntures contempla juros remuneratórios pré-fixados de 6,00% (seis por cento) ao ano, capitalizados anualmente, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização até o vencimento das Debêntures. A Remuneração devida aos debenturistas será, em conjunto com o Valor Nominal Unitário, convertida em ações da Companhia. Não haverá, portanto, pagamento da Remuneração em pecúnia, exceto no caso de vencimento antecipado das Debêntures. As obrigações da Companhia serão imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, cross default, protesto de títulos acima de R\$ 10.000, inadimplemento das obrigações assumidas nessa emissão e reorganização societária sem aprovação dos debenturistas.

Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Companhia, no âmbito da emissão de Debêntures, foi constituída alienação fiduciária da marca “Bombril” em favor dos debenturistas.

Em Fato Relevante publicado em 16 de setembro de 2014 a administração da Companhia divulgou aos seus acionistas, investidores e mercado em geral, que no âmbito da primeira emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais foram objeto de colocação privada, foram subscritas 66.002.424,00 (sessenta e seis milhões, dois mil quatrocentos e vinte e quatro) Debêntures, totalizando, na presente data, o valor de R\$ 66.002 com vencimento em 10 de junho de 2019. As Debêntures que não foram subscritas no âmbito da Emissão foram canceladas pela Companhia.

O preço de conversão das Debêntures foi definido com base no preço médio das ações da Companhia, apontado pelo laudo de avaliação preparado pela APSIS (R\$ 0,41/ação). As ações resultantes da conversão contarão com as mesmas prerrogativas das demais ações ordinárias ou preferenciais da Companhia, sem quaisquer restrições, conforme a espécie das ações de titularidade do debenturista.

	Taxa anual de encargos %	Controladora	Consolidado
Debêntures conversíveis em ações - valor nominal		66.002	66.002
Juros conversíveis em ações em 31 de dezembro de 2014	6	1.333	1.333
Juros conversíveis em ações em 31 de dezembro de 2015	6	4.049	4.049
Juros conversíveis em ações em 31 de dezembro de 2016	6	4.295	4.295
Total		75.679	75.679

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Receita bruta	1.537.273	1.567.445	1.549.624	1.589.731
(-) Deduções	(52.804)	(82.508)	(54.043)	(84.318)
(-) Impostos s/receita	(396.761)	(412.121)	(397.811)	(413.937)
Total	1.087.708	1.072.816	1.097.770	1.091.476

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro, apresentado em Reais (R\$), reconcilia o prejuízo apurado e os montantes utilizados no cálculo do prejuízo por ação básico e diluídos:

	31.12.16			31.12.15		
	Ordinária (ON)	Preferencial (PN)	Total	Ordinária (ON)	Preferencial (PN)	Total
Numerador						
Lucro / (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	21.851	37.216	59.067	(139.444)	(237.504)	(376.948)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.589	54.064.589	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Lucro / (Prejuízo) por ação (R\$) – Básico	1,0925	1,0925		(6,9722)	(6,9722)	
Lucro / (Prejuízo) por ação (R\$) – Diluído	0,6941	0,6941		(4,4298)	(4,4298)	

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia possui debêntures com potencial efeito diluidor, as quais foram consideradas no cálculo do lucro / (prejuízo) de ação – diluído.

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Insumos	(472.740)	(517.287)	(476.881)	(522.620)
Despesas com pessoal	(188.219)	(195.146)	(192.105)	(199.339)
Energia elétrica	(17.708)	(28.790)	(17.709)	(28.790)
Manutenção	(17.781)	(16.642)	(17.948)	(16.835)
Depreciação e amortização	(21.862)	(22.071)	(25.149)	(29.398)
Despesas com promoção de vendas	(104.839)	(158.635)	(106.461)	(166.314)
Despesas com propaganda e marketing	(3.367)	(10.632)	(3.417)	(11.267)
Despesas de alugueis	(16.154)	(16.607)	(12.728)	(13.538)
Despesas com fretes	(110.107)	(115.075)	(111.264)	(117.791)
Outras despesas	(56.248)	(52.870)	(57.933)	(55.987)
Total	(1.009.025)	(1.133.756)	(1.021.595)	(1.161.878)
Custo dos produtos vendidos	(619.943)	(683.428)	(621.310)	(688.731)
Despesas com vendas	(314.780)	(379.159)	(322.421)	(396.187)
Despesas administrativas	(74.302)	(71.169)	(77.864)	(76.960)
Total	(1.009.025)	(1.133.756)	(1.021.595)	(1.161.878)

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Higiene e Limpeza	
	31.12.16	31.12.15
Receita líquida de vendas	1.097.770	1.091.476
Custo dos produtos vendidos	(621.310)	(688.731)
Lucro bruto	476.460	402.745
Despesas com vendas	(322.421)	(396.187)
Despesas administrativas	(77.864)	(76.960)
Outras (despesas) receitas líquida	(61.688)	(35.100)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	14.487	(105.502)
Receitas financeiras	3.931	3.168
Despesas financeiras	(134.230)	(108.606)
Variação cambial líquida	91.380	(192.638)
Lucro / (Prejuízo) antes dos impostos	(24.432)	(403.578)
Imposto de renda e Contribuição social corrente	(90)	(260)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	83.590	26.890
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	59.068	(376.948)

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	Higiene e Limpeza	
	31.12.16	31.12.15
Ativos totais	711.099	701.474
Passivos totais	711.099	701.474
Depreciação e amortização	(25.149)	(29.397)
Aquisição do imobilizado	6.643	39.600

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Juros sobre empréstimos	(48.943)	(53.956)	(51.360)	(54.463)
Juros sobre operações de terceiros	(48)	(40)	(48)	(40)
Juros sobre impostos	(46.438)	(50.870)	(46.441)	(50.964)
Encargos bancários	(6.381)	(3.083)	(6.434)	(3.138)
Receitas financeiras	3.854	2.569	3.931	3.166
Variação cambial líquida	1.201	(60.323)	91.380	(192.637)
Fomento	(29.946)	-	(29.946)	-
Total	(126.701)	(165.703)	(38.919)	(298.076)

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas, vide nota 5.

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Dívida	149.796	132.001	154.362	138.415
Caixa e equivalentes de caixa	(7.773)	(16.828)	(9.451)	(17.939)
Aplicações financeiras não circulante	(2.424)	(7.740)	(2.424)	(7.740)
Dívida líquida	139.599	107.433	142.487	112.736

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

		Controladora					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2016	%						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	22,2 a.a.	3.202	9.424	25.044	8.734	-	46.404
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,79 a.a.	14	28	2.281	10.780	-	13.103
Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento	3,5 por operação	88.780	-	-	-	-	88.780
Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida	26,82 a.a.	1.509	-	-	-	-	1.509
		93.505	9.452	27.325	19.514	-	149.796
31 de dezembro de 2015	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Passivos de arrendamento financeiro	17,06 a.a.	3	7	29	-	-	39
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73 a.a.	5.359	10.719	48.235	31.677	-	95.990
Instrumentos a taxas de prefixadas	12,87 a.a.	1.907	3.812	17.153	13.100	-	35.972
		7.269	14.538	65.417	44.777	-	132.001
		Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2016	%						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	22,2 a.a.	3.202	9.424	25.044	8.734	-	46.404
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,79 a.a.	14	28	3.942	13.685	-	17.669
Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento	3,5 por operação	88.780	-	-	-	-	88.780
Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida	26,82 a.a.	1.509	-	-	-	-	1.509
		93.505	9.452	28.986	22.419	-	154.362
31 de dezembro de 2015	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Passivos de arrendamento financeiro	17,06 a.a.	3	7	29	-	-	39
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73 a.a.	5.359	10.719	48.235	31.677	-	95.990
Instrumentos a taxas de prefixadas	11,89 a.a.	2.062	4.124	18.556	17.644	-	42.386
		7.424	14.850	66.820	49.321	-	138.415

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados à taxa de juros (não inclui caixa e bancos) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

		Controladora					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de	Total
		1 mês	meses	a 1 ano	anos	5 anos	
31 de dezembro de 2016	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07 a.a.	-	-	1.731	693	-	2.424
		-	-	1.731	693	-	2.424
31 de dezembro de 2015	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	14,67 a.a.	-	1.464	603	5.673	-	7.740
		-	1.464	603	5.673	-	7.740

		Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de	Total
		1 mês	meses	a 1 ano	anos	5 anos	
31 de dezembro de 2016	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07 a.a.	-	-	1.731	693	-	2.424
		-	-	1.731	693	-	2.424
31 de dezembro de 2015	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	14,67 a.a.	-	1.464	603	5.673	-	7.740
		-	1.464	603	5.673	-	7.740

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3 destas demonstrações contábeis consolidadas.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações Financeiras	2.424	7.740	2.424	7.740
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	7.773	16.828	9.451	17.939
Contas a Receber	145.504	169.067	153.476	182.205
Partes relacionadas	32.112	20.457	11.990	-
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado				
Contas a Pagar	152.672	264.268	155.797	269.181
Empréstimos e Financiamentos	149.796	132.001	154.362	138.415
Partes relacionadas	521.719	520.844	-	-

d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2016, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Valores a pagar de terceiros	-	27.492	-	27.492
Total	-	27.492	-	27.492
Fornecedores	318	732	1.704	732
ACC	-	-	-	-
FINIMP	-	-	-	-
Total	318	732	1.704	732
Risco				
Valorização do Dólar				
Descrição	Deterioração 25%	Deterioração 50%	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Passivos em dolar	80	159	426	852
Exposição Líquida	80	159	426	852

e) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais alta e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O lucro líquido do período em 31 de dezembro de 2016 diminuiria em R\$3.105 (diminuiria em R\$3.164 em 31 de dezembro de 2015). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CVM nº475/08.

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

Controladora:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa	3.610	7.221
Exposição líquida de juros		3.610	7.221

Consolidado:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa	3.665	7.330
Exposição líquida de juros		3.665	7.330

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

31.12.16					
	Controladora			Consolidado	
	Preços cotados em mercados ativos para	Preços cotados em mercados não ativos para	Registros não observáveis	Preços cotados em mercados ativos para	Preços cotados em mercados não ativos para
	ativos idênticos (Nível 1)	ativos similares (Nível 2)	(Nível 3)	ativos idênticos (Nível 1)	ativos similares observáveis (Nível 2)
					Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado	-	2.424	-	-	2.424
Total	-	2.424	-	-	2.424

31.12.15					
	Controladora			Consolidado	
	Preços cotados em mercados ativos para	Preços cotados em mercados não ativos para	Registros não observáveis	Preços cotados em mercados ativos para	Preços cotados em mercados não ativos para
	ativos idênticos (Nível 1)	ativos similares (Nível 2)	(Nível 3)	ativos idênticos (Nível 1)	ativos similares observáveis (Nível 2)
					Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado	-	7.740	-	-	7.740
Total	-	7.740	-	-	7.740

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa, bancos e aplicações financeiras

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados na notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas.

31. COBERTURA DE SEGUROS

O grupo Bombril possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos da Companhia é de R\$1.117.831 (R\$989.084 em 2015), composta da seguinte forma: Prédios R\$132.778 (R\$119.811 em 2015); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$532.922 (R\$315.556 em 2015); Mercadorias e Matérias-Primas R\$51.166 (R\$63.743 em 2015); Lucro Cessantes R\$400.965 (R\$489.974 em 2015). As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$ 348.373 em 31 de dezembro de 2016, sendo que R\$ 30.336 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$ 318.037 a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas. As operações da Companhia junto a fomentadora, BS Fomento, estão garantidos por Marcas (Kalipto e NO AR) e estoque.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 23 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota, pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Cessão de marcas

Em sequência à assinatura do contrato celebrado entre as parte em 14 de dezembro de 2016 informado ao mercado por meio de divulgação de fato relevante, em 27 de janeiro de 2017, a Bombril S.A. (“Companhia”), em cumprimento do art. 157, § 4º, da Lei n.º 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM n.º 358/02, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que nesta data, e juntamente com uma sociedade por ela controlada, procedeu com o fechamento da operação relativa à cessão à S.C. Johnson & Son Inc. e outras sociedades do seu grupo econômico de um portfólio de marcas e de outros ativos relacionados à linha de produtos Lysoform, tendo como contrapartida o pagamento de R\$ 47.590.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e noventa mil reais) (“Cessão de Marcas”).

A Cessão de Marcas foi sujeita a termos e condições usuais em transações dessa natureza, notadamente com relação a cláusulas de indenização e condições precedentes, dentre as quais se incluiu a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE, ocorrida em 11 de janeiro de 2017. Além disso, o valor recebido pela Companhia poderá variar em função de determinados critérios envolvendo a produção, a venda e os resultados que serão auferidos ao final do mês de março de 2017 com as marcas cedidas durante o período subsequente à conclusão da Cessão de Marcas.

A operação ora concluída se inseriu no âmbito da reestruturação já previamente informada ao mercado por meio de divulgação de fato relevante publicados em 29 de fevereiro e 2 de agosto de 2016, a qual envolve não só a alienação de ativos não estratégicos, mas, também, negociações construtivas com credores e investidores, e a revisão dos processos internos (“Reestruturação”).

Emissão debêntures

Em 1º de fevereiro de 2017, a Bombril S.A. (“Companhia”), no contexto do processo de reestruturação, o Conselho de Administração aprovou, a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (“Emissão”).

A emissão foi composta por até 25 (vinte e cinco) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), podendo perfazer o valor total de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (“Debêntures”).

As Debêntures serão emitidas em até 5 (cinco) séries de 5 (cinco) Debêntures cada. O prazo de vencimento será de 6 (seis) meses a contar da data de emissão de cada uma das séries que vier a

ser estabelecida nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Cinco Séries” da Companhia celebrado nesta data (“Escritura de Emissão”), observada a data de emissão limite de 31 de dezembro de 2017.

As Debêntures da primeira, segunda e terceira séries foram emitidas no dia 2 de fevereiro de 2017 subscritas e integralizadas nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 2017 respectivamente, perfazendo o valor total de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (“Debêntures”).

A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios pré-fixados de 2% (dois por cento) ao mês, capitalizados mensalmente, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures, desde a data de subscrição de cada uma das séries.

Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados pela Companhia para reforço do seu capital de giro.

Programa de regularização tributária – MP RFB Nº766/2017 (DOU 05/01/2017)

Através da Medida Provisória nº 766, publicada no Diário Oficial da União em 05 de janeiro de 2017, o Governo Federal institui o PRT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (“RFB”) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”).

Poderão ser quitados, na forma do PRT, os débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Medida Provisória.

A adesão ao PRT ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da regulamentação estabelecida pela RFB e pela PGFN.

Como em todo programa realizado nos últimos períodos, a adesão ao PRT implica em:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte ou responsável e por ele indicados para compor PRT, nos termos dos art. 389 e art. 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória;

II – o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no PRT e os débitos vencidos após 30 de novembro de 2016, inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

III – a vedação da inclusão dos débitos que compõem o PRT em qualquer outra forma de parcelamento posterior, ressalvado o reparcèlement de que trata o art. 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; e

IV – o cumprimento regular das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Comentários relacionados aos débitos no âmbito da RFB

Note-se que, não há redução para os juros, multa, multa de ofício e encargos legais, uma vez que possibilita a utilização de Prejuízos Fiscais (PF), Base negativa da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (BNCSLL), sendo incluída a novidade da possibilidade de utilização de créditos tributários administrados pela RFB para liquidação dos débitos.

O valor do crédito de PF e BNCSLL será formado mediante a aplicação das alíquotas da seguinte forma:

Descrição	Empresas em Geral	Instituições financeiras (incisos I a VII e X do §1º art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001)	Cooperativas de crédito (incisos IX do §1º art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001)
Prejuízo Fiscal	25%	25%	25%
Base Negativa da CSLL	9%	20%	17%

O valor do PF e BNCSLL, passível de utilização, na forma da legislação vigente, é o relativo aos períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 2015 e declarados à RFB até 30 de junho de 2016, com as seguintes origens:

- a) Próprios;
- b) do responsável ou corresponsável tributário;
- c) empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta até 31 de dezembro de 2015 – inclui o conceito societário de controlada para aquelas que existe acordo de acionistas que assegure de modo permanente a preponderância individual ou comum nas deliberações, e o poder individual ou comum de eleger a maioria dos administradores.

Em fevereiro de 2017, a Bombril S.A. (“Companhia”), optou pela adesão ao programa de regularização tributária – demais débitos federais e débitos previdenciários respectivamente, desta forma optando por pagamento em espécie, de no mínimo, 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL ou com créditos próprios relativos aos tributos administrados pela RFB, conforme programa de regularização tributário, a Companhia terá um benefício com redução de débitos no montante de R\$ 149.322, conforme demonstrado a seguir:

Quadro demonstrativo de redução dos débitos tributários e débitos tributários parcelados.

Composição dos Débitos	Receita Federal		Previdenciário		Total
	R\$		R\$		R\$
Valor dos Débitos		169.599		26.878	196.477
Abatimento com crédito fiscais (76%)	-	128.895	-	20.427	- 149.322
Saldo à Parcelar (24 prestações)	-	40.704	-	6.451	- 47.154

Decisão STF: Exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS

Em 15 de março de 2017 foi julgado pelo STF, com decisão favorável aos contribuintes, o RE nº 574.706. Esse processo questiona a legalidade da incidência de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com o argumento de que há uma bitributação, ou seja, tributo sendo calculado sobre tributo, o que onera a carga tributária de forma indevida.

Desta forma, a Suprema Corte, por maioria, entendeu que o ICMS não pode integrar a base sobre a qual se calculam os tributos PIS e COFINSs. A decisão possui repercussão geral, e deve ser observada por todas as instâncias do Poder Judiciário.

A Bombril S.A. questionou essa cobrança por meio do processo n.º 7493-87.2006.4.03.6114 (2006.61.14.007493-7), ajuizado em 18 de dezembro de 2006, com pedido de crédito retroativo aos últimos 5 anos, e processo n.º 5000174-31.2016.4.03.6114, ajuizado em 07 de abril de 2016, questionando mesmo objeto após a Lei n.º 12.973/14, com retroatividade ao início de sua vigência.

A Bril Cosméticos S.A. também questionou a referida cobrança quanto aos período anterior e posterior à Lei 12.973/14, com pedido retroativo aos últimos 05 anos, por meio da ação judicial de n.º 5000564-64.2017.4.03.6114, ajuizada em 14 de março de 2017.

As referidas empresas estão apurando o valor atualizado dos créditos relativos a cada processo, e as medidas legais exigidas para sua utilização.
